**A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA: POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS E EMANCIPATÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Cristiane Amancio - ProPEd/UERJ

**RESUMO**

A presente pesquisa visa investigar como as crianças da Educação Infantil podem, através de suas narrativas, da sua participação, fortalecer os processos de avaliação institucional na escola contribuindo, assim, para a transformação da realidade na qual estão inseridos e para o direito que lhes é atribuído: a participação. A proposta em questão tem como percurso metodológico a pesquisa narrativa entendendo-a como um processo de contar e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes compartilham, mas também a dos pesquisadores. Diante disso, temos a necessidade de marcar uma avaliação na Educação Infantil sem perder de vista suas especificidades e seus objetivos. Pensar os processos de avaliação para além da verificação, contribuindo, de fato, para o desenvolvimento da escuta e observação atenta por parte dos educadores e para o conhecimento aguçado sobre as crianças, suas características e desejos, além do fortalecimento de vínculos com as famílias.

*Palavras-chaves:* Participação; Avaliação Institucional; Educação Infantil.

**Retomando a trajetória**

Enquanto reflito sobre minhas inquietações de pesquisa, e convido-me a “ousadia” desta escrita, retomo minha trajetória de vida, pesquisa e formação. Vem à tona a memória da estudante, professora e pesquisadora que foi sendo constituída em muitos “ir e vir”, no diálogo com as professoras, famílias e crianças, na incompletude de saber que ainda tenho caminhos a percorrer e que esses caminhos nos levam a outros caminhos na busca incessante, talvez, de acharmos respostas para nossas perguntas. No meu caso, tenho buscado as perguntas que me levam à outras perguntas e que possam me conectar a outros sujeitos, e suas perguntas, tecendo uma rede de conhecimento, relações e possibilidades. Rever minha itinerância docente é rever minhas perguntas e respostas.

Durante os meus 25 anos de magistério, quase todo ele foi dedicado a Educação Infantil. Não compreendia antes o porquê de estar com as crianças pequenas e repetia a “justificativa” utilizada por muitas professoras: eu gosto de criança. Ou, talvez, ainda não tivesse me dado conta que o que me “levava” à Educação Infantil era o entendimento de que as crianças podem, e podem muito! Durante meu percurso docente, tenho percebido que muito falamos sobre e com as crianças, porém, pouco refletimos sobre as narrativas delas, o que elas podem na escola. Quinteiro (2009, p. 21) afirma que “pouco se conhece sobre as culturas infantis porque pouco se ouve e pouco se pergunta às crianças e, ainda assim, quando isto acontece, a “fala” apresenta-se solta no texto, intacta, à margem das interpretações e análises dos pesquisadores”.

**Participação: direito das crianças?**

Meu interesse de pesquisa é investigar como as crianças da Educação Infantil podem, através de suas narrativas, da sua participação, fortalecer os processos de avaliação institucional na escola contribuindo, assim, para a transformação da realidade na qual estão inseridos e para o direito que lhes é atribuído: a participação. Diante disso, parto de uma concepção de infância que a relaciona às experiências sociais, culturais e históricas que configuram os primeiros anos de vida humana em diferentes tempos e espaços.

A pesquisa tem como proposta convidar a reflexão acerca da participação das crianças da Educação Infantil nas tomadas de decisão referentes aos processos de avaliação institucional da escola. Para tanto, parto da perspectiva do fortalecimento na formação docente para que, através de escuta atenta e sensível e de uma postura que se interroga a partir das narrativas das crianças, a participação na Educação Infantil possa ser visibilizada e compreendida como direito inegociável.

A mim interessa pesquisar as possibilidades e os limites da escola como o lugar da infância nos últimos tempos. Ainda que tenhamos um conjunto de legislações que afirmam a participação enquanto direito das crianças, a realidade é outra. Ainda estão invisibilizadas, de uma certa forma silenciadas, no debate acerca das políticas públicas.

**Pesquisa com crianças: há garantia de centralidade?**

São recentes, entre nós, estudos e pesquisas que garantam a centralidade da criança – sujeito de direitos, compreendendo-a na sua inteireza e globalidade, o que implica no reconhecimento de suas formas específicas de ver e representar o mundo. São inegáveis os avanços científicos e o interesse crescente nas ciências da Educação.

Para pensarmos sobre avaliação, Freitas *et al.* (2009) compartilham conosco a existência de dois níveis de avaliação na escola: a avaliação institucional cujo foco é o projeto político-pedagógico da instituição e a avaliação da aprendizagem em que o olhar atento é dedicado à relação professor-estudante.

Bondioli (2013) considera a participação uma responsabilidade, isto é, mais do que um direito ou dever, significa uma condição inerente a qualquer processo educativo de qualidade. Sendo assim, penso que, ancorada nas reflexões da autora, não há qualidade sem a participação dos sujeitos envolvidos no processo. Processo este que a pesquisadora nomeia como *qualidade negociada.*

Portanto, o que proponho pesquisar no doutorado, é uma reflexão sobre a participação das crianças da Educação Infantil nos processos de avaliação institucional pautada nas concepções de gestão democrática, autonomia, participação e qualidade negociada, e como esta pode superar o processo avaliativo centrado nas crianças, mas como uma ação que deve afetar, produzir sentidos para todos os sujeitos do contexto educacional: crianças, professores, demais profissionais e famílias.

Pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes sujeitos no cotidiano escolar. Implica refletir a dimensão do coletivo e suas potencialidades. Significa um processo de apropriação da escola pelos seus atores. E vai além quando concebe o projeto político-pedagógico como instrumento para a condução da qualidade negociada, como apontam Freitas *et al.* (2009).

Segundo os autores, os sujeitos da escola têm um projeto e um compromisso social em comum. Sendo assim, além do seu próprio compromisso, necessitam do compromisso do Estado para com a Educação. Ao nos apropriarmos das questões da escola, nos apropriamos também para demandar do Estado as condições necessárias para o funcionamento dela.

**Algumas considerações**

Diante deste cenário de proposta da pesquisa, fica evidente a necessidade de aprender a observar e registrar o contexto de forma que o planejamento proposto seja refletido. A partir de uma escuta atenta e sensível ao cotidiano de crianças pequenas, torna-se possível conhecer suas experiências e vivências no contexto da instituição. Por meio da observação e dos registros, que se direcionam os fazeres pedagógicos, bem como na intencionalidade das ações ofertadas às crianças, contribuições reflexivas e posteriores replanejamentos serão possibilitados. Furlanetto, Passeggi e Biasoli (2020) trazem uma reflexão que me convida a pensar sobre a relação com a avaliação institucional:

Trata-se de oferecer espaços a renovação de um pacto geracional que conceda às crianças o direito de serem ouvidas e que suas ações possam ecoar nas reflexões socialmente estabelecidas, instituídas. Trata-se de resgatar uma postura de responsabilidade compartilhada entre os adultos e as diferentes infâncias, de restabelecer o elo entre o passado, o presente e o futuro, e situar o pacto geracional como prioridade política (2020, p. 46).

Diante disso, temos a necessidade de marcar uma avaliação na Educação Infantil sem perder de vista suas especificidades e seus objetivos. Pensar os processos de avaliação para além da verificação, contribuindo, de fato, para o desenvolvimento da escuta e observação atenta por parte dos educadores e para o conhecimento aguçado sobre as crianças, suas características e desejos, além do fortalecimento de vínculos com as famílias.

A proposta em questão tem como percurso metodológico a pesquisa narrativa entendendo-a como um processo de contar e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes compartilham, mas também a dos pesquisadores. Para tanto, intenciono realizar uma imersão no cotidiano de uma escola que atende Educação Infantil, no dia a dia com crianças e profissionais, vivendo as experiências desse coletivo. A esse respeito, afirma Benjamin apud Souza (1993, p. 201) que “(...) o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes (...)”. A esse respeito, Souza (2012) discorre:

No que concerne à pesquisa narrativa, tenho compreendido que sua larga utilização como prática de formação exige do pesquisador um exercício de implicação e distanciamento, visto que possibilita tomar as experiências como eixo estruturante de um projeto de investigação-formação. Evidencia-se que a pesquisa narrativa dos;/nos/com os praticantes do cotidiano escolar têm um efeito formador, pois remete para os próprios sujeitos modos como narram suas vidas e como significam suas aprendizagens experienciais ao longo da vida-formação (SOUZA, 2012, p. 69).

Larrosa (2002) nos ajuda a pensar sobre o significado de experiência e sentido a partir dos seus significados e dos diferentes contextos. O autor afirma que as palavras produzem sentidos, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Sendo assim, as minhas narrativas se juntarão às narrativas de meus pares, crianças e famílias, marcadas em momentos históricos de tempo e espaço. Corroborando com Larrosa (2002) creio que o sujeito da experiência se afeta e é afetado pelo que lhe acontece. Desta forma, produz marcas no cotidiano através das transformações causadas por esses acontecimentos e experiências que são vividos por cada sujeito.

Em diálogo com Alves (2001), penso que a pesquisa com o cotidiano, por meio da memória narrada, viabiliza a discussão e compreensão deste mesmo cotidiano experienciado por seus praticantes. Assim sendo, entendo que o cotidiano pesquisado não se refere ao momento estático anterior, mas aquilo que é recriado no momento da reconstituição narrativa. Estar na função de gestor-educador, é pensar como uma engrenagem em que todos os processos dialogam e interagem, ao mesmo tempo, em prol de experiências às crianças que reafirmem sua integralidade.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Nilda. *Decifrando o pergaminho:* o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Bragança; ALVES, Nilda (Org.). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas:* sobre as redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras Escolhidas.* Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 196-198, vol. I.

BONDIOLI, Anna. Dos indicadores às condições do projeto educativo: um percurso pedagógico-político de definição da qualidade das creches na Região da Emília-Romanha. In: BONDIOLI, Anna (Org.). *O projeto pedagógico da creche e sua avaliação*: a qualidade negociada. Tradução: Fernanda Landucci Ortale; Ilse Paschoal Moreira. 2 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 13-32. (Coleção educação contemporânea).

FREITAS, Helena Costa Lopes de; FREITAS, Luiz Carlos de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; SORDI, Mara Regina Lemos de. *Avaliação educacional*: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes: 2009.

FURLANETTO, Ecleide Cunico; PASSEGGI, Maria da Conceição; BIASOLI, Karina Alves. *Infâncias, crianças e narrativas da escola.* Curitiba: CRV, 2020.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad.: João Wanderley Geraldi. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo: Anped, n. 19, p. 20-28, jan/abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2021.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Org.). *Por uma cultura da infância:* metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009, p. 19-47.